

# O Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) e sua contribuição para a história da alfabetização no Brasil

Diana Gonçalves Vidal  
Rachel Duarte Abdala  
Ana Luiza Jesus da Costa

**Como citar:** VIDAL, D. G.; ABDALA, R. D.; COSTA, A. L. J. O Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) e sua contribuição para a história da alfabetização no Brasil. *In*: MORTATTI, M. R. L. (org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 109-134. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-178-2.p109-134>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (NIEPHE) E SUA CONTRIBUIÇÃO  
PARA A HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

*Diana Gonçalves Vidal*

*Rachel Duarte Abdala*

*Ana Luíza Jesus da Costa*

**INTRODUÇÃO**

Este texto tem por objetivo apresentar o projeto “As múltiplas estratégias de escolarização elementar do social em São Paulo (1770-1970): cultura e prática escolares”, que se tornou o eixo orientador dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em História da Educação (NIEPHE)<sup>1</sup>, articulando os trabalhos concluídos e em andamento em torno da problemática da alfabetização. Para tanto, organizamos o texto em três partes. Na primeira, brevemente apresentamos a trajetória do NIEPHE, nestes 15 anos de existência. Em seguida, abordamos as pesquisas que vêm tratando a questão da alfabetização no que concerne aos anos iniciais da escolarização, em escolas de primeiras letras ou em escolas primárias. Na terceira parte, discorremos sobre as experiências de alfabetização de jovens e adultos, nas escolas noturnas ou nas campanhas de alfabetização. Nos dois casos, atentamos para iniciativas oficiais e da sociedade civil, no âmbito escolar e não escolar, buscando apreender como a iniciação no universo da cultura escrita foi sendo tratada e compreendida ao longo dos últimos dois séculos.

**1 NIEPHE: QUINZE ANOS DE EXISTÊNCIA**

Podemos interpretar a trajetória do NIEPHE a partir de três momentos: sua criação no bojo dos primeiros projetos coordenados por Diana Gonçalves Vidal em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo

<sup>1</sup> Para conhecer o NIEPHE, acesse o *site* <<http://www.usp.br/niephe/>>.

(USP); a entrada da coordenadora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP (FEUSP) e os trabalhos efetuados em associação com o Centro de Memória da Educação (CME) - USP; e o ingresso de Maurilane de Souza Biccias e seus orientandos no Núcleo, ampliando as temáticas e as temporalidades pesquisadas e alterando sua configuração, pela introdução da vice-coordenadoria.

O NIEPHE foi criado em 1996. Constituíam-se pelos integrantes<sup>2</sup> do projeto “A escola na sua materialidade: estratégias e táticas (Distrito Federal, 1927-1930)”, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) junto ao Programa de Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes. Desenvolveu suas atividades, entre 1996 e 2000, no IEB. Visava a investir no estudo da materialidade introduzida na escola pública primária pela reforma Fernando Azevedo do Distrito Federal (RJ), entre 1927 e 1930, tendo dois principais objetivos. O primeiro deles consistia em identificar as estratégias utilizadas pela administração pública para a circulação de objetos e métodos e para a modelação das práticas escolares, e em vislumbrar as apropriações desses materiais e métodos por parte do corpo docente e do discente em seu fazer cotidiano. O segundo objetivo era tratar arquivisticamente os 16.000 documentos pertencentes ao Arquivo Fernando de Azevedo, tarefa que contou com o auxílio imprescindível de Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso, arquivista do IEB.

A realização do projeto trouxe como desdobramento a reconfiguração dos interesses de pesquisa do NIEPHE, ampliados no que concerne, tanto ao recorte temporal, quanto ao geográfico. A nova proposta, “Materiais e métodos na escola brasileira republicana: investigações acerca de estratégias de modelização e táticas de apropriação postas em uso no espaço escolar”, encaminhada ao CNPq em 1999, pretendia levantar e analisar os recursos materiais e metodológicos utilizados pela escola brasileira no período de 1870 a 1930. Com a iniciativa, não apenas houve a incorporação de novos pesquisadores à equipe, como também ocorreu o deslocamento dos vínculos institucionais do NIEPHE, que passou a atuar na FEUSP, estabelecendo parcerias com o CME.

Com a experiência arquivística adquirida no IEB, entre 2000 e 2004, o grupo auxiliou o desenvolvimento do projeto “Pesquisa sobre o ensino público profissional no Estado de São Paulo: memória institucional e as transformações histórico-espaciais regionais”, de Carmem Sílvia Vidigal de Moraes. Empreendeu também a organização do arquivo permanente da Escola de Aplicação, da FEUSP, com a aprovação pela FAPESP, na linha Ensino Público, do projeto “Preservando a memória do ensino público paulista: a Escola de Aplicação (FEUSP), 1959-1999”. Além disso, higienizou documentos, organizou fundos e elaborou instrumentos de pesquisa para os seguintes arquivos do

---

<sup>2</sup> Esse projeto foi coordenado por Diana Gonçalves Vidal. Os bolsistas financiados pela FAPESP foram: André Luiz Paulilo, Osvaldo Camilo Nogueira de Almeida, Rosane Nunes Rodrigues, José Cláudio Sooma Silva, Tereza Marcela Meza Baeza e Rachel Duarte Abdala. Guilherme Maffei Leão foi bolsista do CNPq.

CME: Centro Regional de Pesquisas Educacionais, Projeto Rondon, Projeto Educação Brasileira e Arquivo Laerte Ramos de Carvalho. O trabalho envolveu nove bolsistas de iniciação científica<sup>3</sup> e três mestrados,<sup>4</sup> que se associaram aos quatro mestrados<sup>5</sup> vindos do exercício do IEB, e coincidiu com o ingresso de Diana Vidal no Programa de Pós-Graduação da FEUSP.<sup>6</sup>

O compromisso com a investigação sobre a escolarização primária e o interregno de 1870 a 1940 mantiveram-se no horizonte de atuação do grupo que, em 2002, envolveu-se com o projeto binacional “A infância e sua educação (1820-1950): materiais, práticas e representações”, liderado no Brasil por Luciano Mendes de Faria Filho e, em Portugal, por Rogério Fernandes. A iniciativa contou com apoio da CAPES/GRICES e permitiu a inclusão de novos alunos à equipe, especialmente doutorandos que se beneficiaram de bolsas-sanduíche para as universidades portuguesas do Porto e de Coimbra.<sup>7</sup>

A conclusão dos projetos em parceria com o CME e a entrada, em 2003, de Maurilane Biccas na vice-coordenação do NIEPHE operaram novas alterações no trabalho da equipe. O grupo desligou-se do CME e elaborou a primeira versão do projeto temático “Das múltiplas estratégias de escolarização do social à constituição da forma escolar no Brasil (1870-1970)”. O esforço conjunto ajudou o NIEPHE a definir duas linhas de investigação, que passaram a nortear o foco das iniciativas: a primeira, coordenada por Diana Vidal, trata da escolarização da infância; e a segunda, coordenada por Maurilane Biccas, mira a escolarização de adolescentes e adultos.<sup>8</sup>

Paulatinamente, foram-se refinando as categorias de análise e os recortes temporal e espacial do projeto, de sorte que, em 2006, resolvemos investir somente na história da educação em São Paulo, recuando a pesquisa à reforma pombalina. O título do projeto foi alterado para “As múltiplas estratégias de escolarização elementar do social em São Paulo (1770-1970): cultura e prática escolares”. Está dividido em dois eixos principais, mantendo a preocupação e a coordenação já enunciadas na primeira versão: múltiplas estratégias da escolarização da infância e múltiplas estratégias da escolarização de adolescentes e adultos<sup>9</sup>.

<sup>3</sup> Cristina Inoue, João Daniel Gomes, Tércia Silveira, Iomar Zaia, Karina Uehara, Isabel Esteves, Milton Mazetto, Leonardo Mattes e Vera Lucia dos Santos.

<sup>4</sup> Isabel Esteves, Iomar Zaia e Karina Uehara.

<sup>5</sup> André Luiz Paulilo, José Cláudio Sooma Silva, Rachel Duarte Abdala e Rosane Nunes Rodrigues.

<sup>6</sup> A primeira dissertação orientada foi de Josely Muniz, e a primeira tese, de José Roberto Gnecco.

<sup>7</sup> Elizabeth Poubel e Silva; Sônia Câmara; Wesley da Silva e Maria Luiza Cardoso. Mais recentemente, a colaboração bilateral beneficiou o doutorado de Inara Garcia.

<sup>8</sup> Os alunos que participaram da fase inicial do projeto foram: Aristides Gusmão dos Santos Neto e Thais Bernardes Nogueira (iniciação científica); Andressa Cristina Coutinho Barboza, Ana Cláudia de Sousa Rodrigues, André Carazza e Daniela Gomes Albuquerque (mestrado).

<sup>9</sup> No novo formato, acolheu os doutorados de Patrícia Coelho, Inara Garcia, Wiara Alcântara Rosa, Angélica Borges, Rachel Abdala Duarte, Renata Simões, Ana de Jesus Costa, Rosângela Ferreira de Souza, Daniela Lopes de Abreu; os mestrados de Ana Nicolaça Monteiro, Carolina da Costa e Silva, Wiara Alcântara Rosa,

Convém, entretanto, destacar que a separação entre escolarização elementar da infância e escolarização de adolescentes e adultos é tanto mais problemática quanto mais se recua no tempo. Se a divisão proposta se apresenta como mais ou menos evidente para a segunda metade do século XX, ela torna-se artificial para épocas remotas. O trabalho, assim, vem sendo realizado de maneira solidária pelas equipes, entrecruzando interpretações marcadamente de curta duração com análises de média e longa duração. Ao mesmo tempo, temos atentado para a múltipla temporalidade dessas idades da vida e para a necessidade de tratá-las como categorias históricas, na tessitura de abordagens que privilegiem a sincronia das realidades e a diacronia dos processos. Ao dar ênfase ao exercício cotidiano dos sujeitos históricos, tomados nas relações que estabelecem com a sociedade e a história, pretendemos perceber como a escolarização elementar foi sendo (re)inventada no período pelos vários grupos sociais, expressando diferentes anseios e exibindo tensões sociais.

Associado a esse movimento e acreditando nas vantagens da investigação comparada internacional, o grupo passou a integrar, entre 2007 e 2009, o projeto bilateral Brasil-Argentina “A constituição e reforma dos sistemas educativos no Brasil e na Argentina: histórias conectadas (1820-1980)”. Coordenado no Brasil por Diana Vidal e, na Argentina, por Adrian Ascolani, e contando com apoio da CAPES/SECyT, o projeto pretendeu analisar historicamente a constituição e reforma dos sistemas educativos nos dois países, de 1820 a 1980, percebendo as relações sociais, culturais e educacionais entre as nações no âmbito de uma história conectada, com atenção aos seguintes eixos de interpretação: historiografia da educação sobre a temática nos dois países; circulação de pessoas, objetos culturais e modelos pedagógicos; culturas escolares e processos de escolarização; e reformas educativas e conflitos sociais. A colaboração bilateral frutificou e, presentemente, o NIEPHE participa de outro investimento com a Argentina, neste momento liderado por Heloisa Pimenta Rocha, no Brasil, e Adrian Ascolani, na Argentina. Intitulada “Circulação de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos entre Brasil e Argentina (séculos XIX e XX)”, a proposta, iniciada em 2010, proporciona continuidade aos investimentos teóricos.

No âmbito da discussão em torno da circulação e da história conectada, o grupo insistiu também na investigação bilateral com a França. Desde 2009, soma-se ao projeto “A circulação internacional de modelos educacionais: perspectivas comparadas (Brasil e França)”, sob coordenação de Belmira Bueno, com financiamento do CNPq. Partindo das mesmas premissas teóricas, a pesquisa expande seus objetos de análise para o espaço geográfico francês e oportuniza o aprofundamento da investigação ao integrar

---

Fabiana Munhoz, Stela Cabral, Sandra Maria Caldeira; e as iniciações científicas de Fernanda Franchini, Solange Machado, Caroline Conceição de Souza e Juliana Karina Monteiro David Oliveira. Incluiu ainda, como pós-doutorandos, Elizabeth Figueiredo e Sá, Isabel Frade, Celina Midori, Renata Simões, Adrian Ascolani e Cleonara Schwartz.

os vários pontos do circuito internacional de trânsito de sujeitos, objetos e modelos na construção das múltiplas estratégias de escolarização em São Paulo.

Nesse período, o grupo passou a contar com a participação de mais uma docente da FEUSP, Maria Ângela Borges Salvadori, que ingressou na instituição em 2008. Os novos investimentos do NIEPHE beneficiaram-se de sua colaboração.

Ao longo dos seus quinze anos de existência, o grupo constituiu-se como um fórum de estudos e discussões em torno de problemáticas no campo da história da educação. Temos realizado, de maneira sistemática, quinzenalmente, encontros que visam trocar experiências de pesquisa entre os professores e os alunos de graduação e pós-graduação que participam do Núcleo, por meio de discussões de seus projetos e relatórios de pesquisa. Além disso, são realizados seminários de texto, na perspectiva de atender às demandas de formação teórico-metodológica da equipe. O funcionamento do grupo também tem acolhido pesquisadores nacionais e internacionais, que vêm promovendo importante intercâmbio, ao apresentarem suas próprias pesquisas e ao dialogarem com as desenvolvidas pela equipe.

O fôlego do grupo tem permitido a realização de alguns eventos. Em julho de 2005, promovemos o I Encontro de Arquivos Escolares e Museus Escolares, ocorrido na FEUSP, que teve como objetivos reunir, socializar e discutir os trabalhos em andamento sobre essa temática no país. O evento contou com a presença de 177 participantes e apresentação de 37 trabalhos. Sua organização decorreu do compromisso reiterado do NIEPHE com a discussão acerca da política de guarda e preservação de documentos e objetos sobre a educação brasileira<sup>10</sup> — evidenciado nas diversas atuações em arquivos e centros de memória efetuadas desde 1996 — e teve por perspectiva permitir a integração das diferentes experiências arquivísticas e museológicas desenvolvidas por historiadores da educação brasileiros e estrangeiros.

Em julho de 2007, fomos responsáveis pelo acolhimento do IV Seminário Inter-grupos, uma iniciativa de cinco grupos de pesquisas em história da educação: o NIEPHE, ligado à FEUSP; o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), da Universidade Federal de Minas Gerais; o Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura e Educação (GEPCE), da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara; o Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Paraná. O objetivo do seminário foi congregar alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado, de forma a entretecer pesquisas e procedimentos de investigação, além de socializar trabalhos em andamento e permitir a visita a centros de documentação e memória, arquivos, bibliotecas e museus, tendo em vista a troca de experiências e o aprimoramento da investigação científica.

---

<sup>10</sup> O investimento incluiu os mestrados de Jacy Barletta e Iomar Barbosa Zaia.

A trajetória do NIEPHE tem-se consolidado, nos últimos anos, a partir das ações de todos os seus membros em diferentes níveis (iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado): divulgação dos resultados de pesquisa por meio de publicações e de sistematização e disponibilização de dados e documentos na página do grupo; seminários internos de discussão para a formação permanente da equipe; processo de organização de eventos; parcerias estabelecidas com investigadores brasileiros e estrangeiros e instituições de pesquisa nacionais e internacionais; e exercício da docência em graduação e pós-graduação.

## 2 A INFÂNCIA E AS ESTRATÉGIAS DE ALFABETIZAÇÃO

Infância, alfabetização, educação primária e políticas públicas educacionais são esferas que se articulam e que geram interesses em estudos na área de História da Educação. No entanto, investigar a escolarização da infância, bem como as estratégias de alfabetização e a escola primária no Brasil, exige uma reflexão conceitual sobre os termos “infância” e “criança”, comumente empregados como sinônimos, o que oculta perspectivas analíticas profícuas.

A educação da infância contempla educação infantil, mas não se restringe a ela. A educação da infância abrange, em sentido mais amplo, a educação primária e também a dimensão não escolarizada da educação das crianças. É preciso ressaltar que não é possível balizar a análise a partir da definição atual de “criança” ou “infância”; é, antes de tudo, imprescindível retomar a lógica da definição e o emprego dos termos e práticas que indicam e definem os termos com base em sua historicidade. É necessário, ainda, perceber que tanto o campo pedagógico quanto o psicológico auxiliaram historicamente na construção desses sentidos.

A diferenciação entre os termos “infância” e “criança” tem sido objeto de reflexão de vários autores no campo historiográfico educacional. Tomemos apenas os trabalhos de Moysés Kuhlmann Jr. (2000) e de Maria Cristina Gouvêa e Cynthia Greve Veiga (2000). Os autores destacam que, enquanto “infância” implica atenção a uma etapa da vida, histórica e socialmente produzida, “criança” remete a um indivíduo particular, associado a tipos específicos de comportamentos e atitudes e, mais recentemente, no âmbito dos discursos científicos, a um determinado estágio de desenvolvimento físico-mental.

As idades da infância foram definidas também pelo processo de escolarização, concebido por Diana Gonçalves Vidal e Maurilane de Souza Biccas como:

[...] os vários projetos educativos colocados em jogo por movimentos ou grupos sociais (movimento negro, igreja católica, lojas maçônicas, imigrantes, dentre outros) na criação de escolas, na definição de modelos educacionais e

no funcionamento de iniciativas em permanente diálogo e negociação com os investimentos sociais. (VIDAL; BICCAS, 2008, p. 28).

É com esse escopo que os projetos propostos e desenvolvidos pelo NIEPHE interrogam diferentes dimensões da infância brasileira. Os estudos procuraram compreender a constituição de representações e da construção de significados da infância no Brasil por meio de investigação sobre as estratégias e práticas de escolarização primária.

No que tange os anos iniciais da escola pública em São Paulo, Caroline Conceição de Souza (2007) problematizou as idades da infância na relação com as idades da escola, em seu estudo de iniciação científica denominado *Idades e cores da infância escolar em São Paulo: 1840-1870*. Tomando mapas de frequência elaborados por professores públicos, a bolsista pôde identificar a presença, nas escolas de primeiras letras, de alunos de 5 a 16 anos, revelando que nesse momento inicial da escolarização os critérios etários pouco influenciavam na composição do corpo discente das escolas.

Movimento similar foi executado por Cristina Inoue (2006) em seu trabalho de conclusão de curso. Por meio de um levantamento sobre o Seminário de Santana, desde sua criação em 1825 até a saída de seu primeiro professor de primeiras letras, João Francisco dos Santos, em 1831, buscou compreender a cultura material e o cotidiano dessa instituição de recolhimento de meninos pobres e desvalidos do Império; bem como desenhar os contornos dessa infância.

Ana Cláudia de Sousa Rodrigues (2007) com preocupação semelhante estudou, em sua dissertação de mestrado, a escola graduada no município de Espírito Santo do Pinhal/SP, nas décadas iniciais da República, investigando as estratégias de organização do primeiro grupo escolar da cidade e interrogando-se sobre as características de composição do corpo discente. Utilizou-se amplamente de documentação encontrada no arquivo escolar — livros de matrícula e ponto, dentre outros —, o que lhe permitiu traçar um mapa da infância escolarizada no período, com especial atenção para a composição etária, étnica e sexual.

Em período ainda mais recuado e circunscrito ao espaço geográfico do Estado do Rio de Janeiro, Maria Luiza Cardoso, na tese *Educação de crianças e jovens nas Academias Militares do Conde de Resende (RJ: 1792-1801)* (2009) pretendeu conhecer as características da infância desvalida, ao avaliar a ação das instituições militares na profissionalização da criança e do jovem pobre na América Portuguesa e adentrar ao cotidiano das aulas, fazendo uso de documentação inexplorada, o “Mappa dos nomes, idades e observaçoens dos alumnos”, datado de 31 de dezembro de 1798.

As décadas de 20 e 30 do século XX, sobre as quais as primeiras pesquisas desenvolvidas no âmbito do NIEPHE se voltaram, constituem-se também em foco de análise sobre a educação da infância no Brasil. Os trabalhos de mestrado de José

Cláudio Sooma Silva (2004), Rachel Duarte Abdala (2003) e Rosane Nunes Rodrigues (2002), e os de mestrado e de doutorado de André Luiz Paulilo (respectivamente 2001 e 2007) abordaram aspectos da Reforma Fernando de Azevedo, realizada no Distrito Federal entre 1927 e 1930, a partir da análise da construção de representações e da implementação de políticas públicas. Respectivamente, seus objetos de análise foram: imagens fotográficas, tempo e espaço escolar, escolas profissionais femininas e estratégias de administração da educação pública.

Questões acerca da escola primária e da escolarização da infância compuseram o conjunto de aspectos analisados por essas pesquisas. Investigar como foi construído um tempo da escola que guarda estreitas relações com o modo como o tempo da infância, como uma fase da vida, foi percebido e definido em nossa sociedade, é tão instigante quanto investigar as representações que historicamente esse processo e a infância tiveram no âmbito escolar e social.

Discorrendo sobre o mesmo período, Renata Simões (2009) debruçou-se sobre a “educação do corpo integralista” elaborada e difundida, nas páginas do jornal *A Offensiva*, pela Ação Integralista Brasileira — movimento social de grande repercussão política que emergiu no Brasil Republicano — com a finalidade de educar, disciplinar e preparar seus membros, tornando-os “soldados obstinados a defender a nação”. Atualmente, em seu pós-doutorado, dedica-se a estudar a educação física e os esportes nos modelos e prescrições de Hollanda Loyola para a Ação Integralista Brasileira, na década de 1930.

Algumas das pesquisas desenvolvidas por membros do NIEPHE dedicaram-se a interrogar as formas de representação da infância e suas relações com as diretrizes pedagógicas. Carolina da Costa e Silva (2008), em sua pesquisa de mestrado, interessou-se por estudar as relações entre fotografia, cultura e infância a partir da análise da produção do fotógrafo B. J. Duarte, que registrou sistematicamente as práticas educativas dos parques infantis paulistanos para o Departamento de Cultura, nas décadas de 1930 e 1940. Ana Nicolaça Monteiro (2006), em seu mestrado, enfatizou o cinema educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista, entre os anos de 1933 e 1944. André Carazza dos Santos (2008) analisou a representação da infância na grande imprensa a partir do encarte *Gurilândia*, no período entre 1958 e 1965, buscando perceber a construção de identidades.

Outras investigações buscaram compreender a produção da infância na interface com o campo jurídico. Sônia de Oliveira Câmara Rangel (2006) debruçou-se sobre as formas do que chamou de “defesa, guarda e proteção” da infância pobre no Rio de Janeiro na década de 1920. Interessou-lhe, em particular, a constituição histórica da categoria “menor”. Criada para distinguir o inimputável, muitas vezes, na prática social e mesmo jurídica, foi utilizada como sinônimo de “delinquente”. Igual ponto de partida, a análise do Código dos Menores, promulgado em 1927, e de suas repercussões sociais e educacionais, levou Wesley Silva (2007) a perscrutar o funcionamento das instituições

de recolhimento de menores na cidade de Belo Horizonte/MG, explorando aspecto da marginalização da infância nos anos 1920 a 1940.

Outra vertente abordada nas pesquisas analisadas visa à formação docente. Fabiana Garcia Munhoz (2010), em sua dissertação de mestrado, atualmente em elaboração, procura estudar as formas de transmissão do ofício de professor de primeiras letras e as trajetórias de acesso à profissão de alguns desses sujeitos, entre as décadas de 1830 e 1860, na 5ª Comarca da Província de São Paulo (após 1853, denominada Província do Paraná). Na contraface, indicia estratégias de escolarização da infância. Ao investigar quem era e como se formava/constituía esse professor de primeiras letras, responsável pelo ensino da leitura e da escrita nas escolas públicas, aponta elementos para a percepção dos modos como se foi produzindo o aluno.

Ainda nessa perspectiva da formação do professor primário, em sua pesquisa de mestrado, Wiara Rosa Rios Alcântara (2009) investigou o trabalho docente no Estado de São Paulo a partir da trajetória da professora paulista Botyra Camorim. Considerando que a constituição do trabalho docente compreende as experiências extraescolares e a própria formação como aluna, a pesquisa descreveu a formação escolar de Botyra. Ao abordar a trajetória da aluna no curso primário no Grupo Escolar do Brás, destacou a alfabetização de imigrantes, sobretudo italianos, em São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX. Além disso, ao tratar da carreira do magistério, destacou a atuação de Botyra Camorim como alfabetizadora nas escolas isoladas e rurais do Estado de São Paulo.

Sob o ponto de vista da atuação docente, Angélica Borges<sup>11</sup>, em sua pesquisa de doutorado, tem como proposta investigar as relações de poder que os professores públicos primários da Corte Imperial ajudaram a forjar, a partir das escolas em que atuavam e de suas localizações, e os efeitos produzidos na constituição dos sujeitos escolares, nas instituições educacionais e no desenho da malha escolar da capital do Império. O estudo visa a dar relevo aos arranjos constituídos e que contribuíram para a configuração da profissão docente, cujo foco era o ensino das primeiras letras.

No que concerne à temática da alfabetização, em particular ao ensino da escrita, em sua iniciação científica e no mestrado, Isabel de Lourdes Esteves (2002) dedicou-se a discutir os modelos caligráficos utilizados no ensino primário paulista entre os anos de 1910 e 1947. Por meio da investigação de quatro modelos caligráficos — vertical, inclinado, muscular e natural —, discorreu sobre as mudanças operadas na compreensão dos termos “caligrafia” e “escrita”, a princípio, tomados como sinônimos, ao longo do período. Acompanhou, portanto, o movimento que diferenciou seu significado, constituindo-se de conteúdo em disciplina curricular e de meio em finalidade, no caso

---

<sup>11</sup> Doutorado em andamento desde 2010, pelo Programa de Pós-graduação da FEUSP, com o título: *Relações de poder no exercício da profissão docente na capital do império brasileiro*, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Diana Gonçalves Vidal.

da escrita; ou, ao contrário, de disciplina curricular em conteúdo e de finalidade em meio, no caso da caligrafia.

Elisabeth Figueiredo de Sá (2006) analisou, na tese intitulada *De criança a aluno*: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927), o currículo dos primeiros grupos escolares da região (saberes, espaços, tempo, processo avaliativo). Afirmo que o ensino da leitura e da escrita foi amplamente discutido no período republicano, juntamente com temas como a erradicação do analfabetismo. O estudo foca a atuação de Leowigildo Mello e de Gustavo Kuhlmann na reforma educacional de 1911, no Estado do Mato Grosso. Formados pela Escola Normal Caetano de Campos, na cidade de São Paulo, os dois educadores defendiam o método analítico da palavração. O processo de ensino da leitura deveria iniciar pelo estudo das palavras. O passo seguinte seria a formação das sentenças. Para a formação das palavras e sentenças indicavam o uso dos cartões de letras. No regulamento que sucedeu essa reforma, em 1924, houve revisão do método para o ensino da leitura, alterando-se o ponto de partida. O método de alfabetização adotado continuava o analítico, mas passava à sentencição: o processo de leitura e escrita começava pela sentença, na qual o professor ia destacando as palavras que, depois de aprendidas, eram desmembradas em sílabas.

Isabel Cristina Alves da Silva Frade também colaborou com a reflexão do NIEPHE durante seu pós-doutorado, realizado parte na USP e parte no *Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP-França). A pesquisa referiu-se principalmente aos manuais escolares e aos métodos de alfabetização da infância em circulação no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX, com o objetivo de construir uma morfologia desses livros. Atualmente, o grupo recebe Cleonara Maria Schwartz<sup>12</sup> para seu estágio de pós-doutorado, com o projeto “O ensino da leitura e a formação do leitor na escola primária capixaba na década de 1960”, iniciado em março de 2011.

Por fim, as investigações de Diana Gonçalves Vidal têm abordado de várias maneiras as problemáticas associadas ao ensino da leitura e da escrita na escola primária. Em seu doutorado, *O exercício disciplinado do olhar*: livros, leituras e práticas de formação docente, seus objetos de estudo foram a biblioteca da Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e as diretrizes sobre o ensino da leitura na escola primária do curso de formação docente, entre 1932 e 1937 (VIDAL, 2001). O ensino inicial da leitura e seus métodos nos anos 1920 e 1930 também foram tematizados em projetos e publicações, com foco específico na leitura silenciosa (VIDAL; SILVA, 2002). Para o mesmo período, houve ainda um investimento em torno do ensino da escrita, com análises dos modelos caligráficos vertical e muscular (VIDAL; ESTEVES, 2003). Inicialmente ligada às discussões sobre a Escola Nova no Brasil, a problemática abrigou comparações com a Argentina e a França. Em ambos os casos, o arco temporal foi alargado, voltando-se às décadas finais do século XIX. Artigos em colaboração com Silvina Gvirtz deram

<sup>12</sup> Pós-doutorado em andamento desde 2011, sob supervisão da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Diana Gonçalves Vidal.

concretude à comparação com a Argentina (VIDAL; GVIRTZ, 1998 e 1999). A relação com a França foi operada a partir dos estudos de pós-doutorado efetuados junto ao INRP, com Anne-Marie Chartier, e repercutiram na elaboração da tese de livre-docência intitulada *Culturas escolares: estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária* (Brasil e França, final do século XIX).

Nessa última investigação, Diana Gonçalves Vidal (2004 e 2005) discorreu sobre a elaboração do livro escolar *Contos Infantis*, de Julia Lopes de Almeida e Adeline Lopes Vieira, publicado em 1886 e aprovado pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária em 1891, para uso nas escolas primárias brasileiras, a partir dos elementos internos e externos à obra e do diálogo que estabelece com a publicação *La Comédie Enfantine*, de Louis Ratisbonne, pela tradução de poesias. Empreendeu também o esforço de refletir sobre as prescrições escolares de ensino da escrita no Brasil e na França, tomando como foco uma inovação pedagógica que fracassou: a proposta de escolarização elementar da estenografia. O intuito foi colocar sob suspeita as afirmações, correntes entre educadores no Brasil, que insistem em imputar os insucessos ou atrasos no desenvolvimento da escola brasileira à cópia de modelos estrangeiros. Em uma e outra vertente, quis reafirmar o entendimento da cultura escolar como constituída pela apropriação criativa de modelos, a partir da relação entre determinantes sociais e históricas e das urgências próprias da organização e do funcionamento escolares.

Ao analisar o conjunto das pesquisas realizadas no âmbito do NIEPHE, verifica-se a abrangência tanto espacial quanto temporal. Em sua primeira fase, os estudos eram voltados para o Rio de Janeiro, e hoje as pesquisas investigam as estratégias de escolarização da infância adotadas em diversos estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais), oferecendo um panorama mais amplo, que permite interpretações mais complexas, num jogo entre macro e micro, considerando a articulação entre as especificidades regionais e a esfera nacional. Com relação à dimensão temporal, ressalta-se que o intervalo de tempo considerado pelas pesquisas desenvolvidas compreende uma perspectiva de longa duração, pois se estende por mais de um século, concentrando-se entre 1830 e 1940.

### 3 A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Pensar um campo da história da alfabetização implica pensar as diferentes ocorrências históricas do fenômeno da alfabetização. Entre elas está o ensino da leitura e escrita para jovens e adultos.

Há outras áreas na educação que se ocupam da alfabetização de jovens e adultos, e as principais seriam a da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a da Educação

Popular<sup>13</sup>. A delimitação dessas áreas de conhecimento tem sua razão histórica. A educação escolar para adultos desde cedo foi definida como educação primária: ler, escrever, contar e crer. Com a emergência da questão do analfabetismo e a construção do problema do “analfabeto”, a educação de adultos passou a ser entendida como alfabetização<sup>14</sup>. Para ilustrar o raciocínio, podemos lembrar que, por exemplo, a educação superior, embora atenda à parcela jovem e adulta da população, não é normalmente expressa pelo termo “educação de adultos”; por outro lado, se usamos o termo “alfabetização”, sem qualificá-la como “de adultos”, pressupomos que se trata de alfabetizar uma criança.

É nesse sentido que vai o alerta de Ana Maria Galvão e Maria Clara Di Pierrô (2007, p. 31), ao apontarem que “[...] a construção do estigma em relação ao analfabeto só pode ser compreendida quando situada em relação a sociedades e tempos determinados”. A alfabetização de jovens e adultos como “educação desviante” e “para desviantes” esteve, desde o início, associada à construção da imagem do analfabeto como ignorante, incapaz, infantilizado, pobre, doente. As autoras elegeram algumas “cenas” representativas dessa historicidade dos termos. Uma delas situa-se na primeira metade do século XIX:

Um fazendeiro paulista ou um senhor de engenho baiano, pertencente à elite rural, administra sua propriedade, comercializa escravos, dá ordens à mulher, aos filhos e à parentela. Vota nas eleições do parlamento e planeja tornar-se deputado, pois exerce grande poder na região que se situa em torno da sua propriedade. Não sabe ler nem escrever. (GALVÃO; DI PIERRO, 2007, p. 32).

Essa imagem, extremamente eficaz em desnaturalizar o valor social da alfabetização, confere ao saber histórico o papel de ferramenta necessária à compreensão do fenômeno da alfabetização de jovens e adultos. Ao passo que a EJA e a Educação Popular são temas importantes para um campo da história da alfabetização, a história oferece uma perspectiva necessária para essas áreas, representando aí um fator crítico em debates bastante politizados sobre temas que se apresentam urgentes, como, por exemplo, a eliminação do analfabetismo. Tal crítica vem especialmente quando nos vemos pelo “espelho do outro”, as sociedades e práticas educacionais de outras épocas. Se considerarmos que desde o século XIX encontramos iniciativas oficiais, sem falar da diversidade dos meios de ensinar e aprender leitura e escrita, difusos pela sociedade para alfabetizar jovens e adultos, cabe pensar esse percurso pelo tempo, quais as rupturas e continuidades, como forma de compreender e possibilitar uma intervenção mais qualificada sobre os problemas educacionais de nosso presente.

<sup>13</sup> Duas temáticas representadas em grupos de trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

<sup>14</sup> Hoje, tanto o campo da EJA quanto o da Educação Popular não estão mais majoritariamente voltados para a alfabetização. Na verdade, o próprio termo “alfabetização” já foi profundamente discutido. Esse movimento atesta o desenvolvimento das práticas sociais de alfabetização, a redução do índice de analfabetismo, bem como das práticas de pesquisa e produção de conhecimento sobre o tema.

As análises mais produzidas e difundidas sobre a EJA desenvolvem-se nos vieses sociológico, com enfoque mais estrutural das relações entre educação e sociedade, e antropológico, que dá a ver com mais nitidez os sujeitos, suas práticas cotidianas, suas experiências vividas. Acreditamos que sejam abordagens complementares e não concorrentes, e a perspectiva histórica, diante desse quadro, pode fornecer importante contribuição ao campo de estudos sobre a EJA, ao situar no espaço-tempo as relações macroestruturais com a esfera micro do cotidiano, onde os condicionamentos ganham corpo em aceitação ou resistência, negociação ou conflito nas experiências dos sujeitos coletivos ou individuais.

De acordo com o balanço da produção acadêmica em educação de jovens e adultos, coordenado por Sérgio Haddad, no período entre 1986-1998, os campos de referência teórica predominantes são os da Sociologia, Política, Filosofia e Educação, só uma quarta parte dos estudos foi desenvolvida no terreno teórico-prático da Pedagogia (aí incluída a Didática) e da Psicologia da Educação. Esse estudo conclui também que “[...] a produção acadêmica de corte filosófico ou epistemológico é muito reduzida”, enquanto “[...] prevalecem pesquisas de tipo qualitativo que recorrem a métodos etnográficos”. (2000, p.11). O trabalho citado abarcou, de forma sistemática, a pesquisa dos programas de pós-graduação em Educação, ainda que tenha “capturado incidentalmente” outras, de programas afins (Linguística, Serviço Social, Sociologia...).

No levantamento sobre a produção em história da EJA no campo da História da Educação, Andressa Barbosa reconhece que ainda há muito a ser pesquisado. A autora toma três publicações representativas da área: duas obras produzidas no bojo das comemorações dos 500 anos do Brasil e um balanço sobre a configuração do campo da história da educação e a produção atual no estado de São Paulo, feito a pedido do GT “História da Educação” da ANPEd. A primeira obra, *500 anos de educação no Brasil*, não apresenta nenhum artigo sobre a história da educação de jovens e adultos (LOPES et al., 2000). A segunda, *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação* (VIDAL; HILSDORF, 2001), traz o artigo de Moraes (2001), “Instrução popular e ensino profissional: uma perspectiva histórica”, que se aproxima da temática. Já o balanço feito para o GT da ANPEd constata que, entre 1943 e 2003, as principais universidades do Estado de São Paulo produziram apenas dois estudos em história da educação de adultos. Por último, vale ainda registrar que o balanço produzido pela *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE)<sup>15</sup>, publicado em 2008, verificou que, no período de 2001 a 2007, nos 14 números publicados, a educação de jovens e adultos não foi contemplada entre os temas abordados pela comunidade de historiadores da educação. Isso significa e reafirma

---

<sup>15</sup> Periódico criado pela Sociedade Brasileira de História da Educação, em 2001, produziu um balanço elaborado pela Comissão Editorial, gestão 2005-2007. Um dos objetivos desse artigo foi pensar os diversos aspectos relacionados à produção do saber em História da Educação e o modo como se marca e se configura esse campo no Brasil.

a necessidade de se investir em mais pesquisas que privilegiem essa temática em um país que ainda hoje ostenta altos índices de analfabetismo (aproximadamente 9%).

A última década foi marcada por uma renovação no campo da História da Educação caracterizada pela diversificação de objetos de estudo, temporalidades, fontes e problemas. Para tanto, muito têm contribuído as atividades dos grupos de pesquisa constituídos no interior das instituições de ensino superior ligados a programas de pós-graduação em Educação, entre os quais o NIEPHE. Nesse movimento, que encontra esteio em concepções historiográficas da História Cultural e da História Social, vemos emergir sujeitos marginalizados: negros, mulheres, trabalhadores, indígenas, crianças, jovens e adultos das classes populares. Já não se resolve sua presença na história como aqueles a quem falta/faltou escola. Procuramos compreender sua relação com essa instituição, suas lutas por acesso à educação, suas formas extraoficiais de ensinar e aprender.

No título do projeto eixo orientador dos trabalhos desenvolvidos pelo NIEPHE — “As múltiplas estratégias de escolarização elementar do social” —, já está inscrita a complexidade das ações educacionais na sociedade moderna. Quais jovens e adultos se pretendiam alfabetizar a cada momento? Por quem foram alfabetizados, sob que projetos, com quais objetivos? De que maneira foram alfabetizados, quais foram os resultados?

As pesquisas desenvolvidas pelo grupo estão concentradas no período entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Por meio delas, percebemos a existência de iniciativas organizadas para escolarizar jovens e adultos, ainda que sob outra terminologia, bem antes das grandes campanhas de alfabetização de fins da década de 1940. Em sua dissertação de mestrado intitulada *Cartilha do Operário: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930)*, Andressa Barbosa (2006), mostra como reformadores paulistas da Primeira República se preocuparam com a composição de um material específico a ser usado nos cursos noturnos para adultos, os quais estariam voltados para um público impedido de frequentar a escola durante o dia, devido ao trabalho. Tendo como referencial a categoria “estratégia”, como a define Michel de Certeau, a autora conclui que a *Cartilha do operário* — escrita por Theodoro de Moraes, professor formado em 1903 pela Escola Normal da Praça da República — editada pela segunda vez em 1928, fez parte das estratégias de controle sobre a educação de jovens e adultos por aqueles reformadores (BARBOSA, 2006).

Retrocedemos ainda mais as investigações, Celina Midori Mizuta(2007), em seu trabalho de pós-doutorado, *O Auxiliador da Indústria Nacional e a educação*, analisou a criação de uma escola noturna de instrução elementar de adultos pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo objetivo era oferecer a operários, com mais de 14 anos de idade, os saberes iniciais e formar para o trabalho. Inaugurada em maio de 1870, a escola gratuita acolheu, apenas no primeiro ano de funcionamento, 390 alunos. A partir de 8 de agosto de 1873, com 176 alunos matriculados em algumas matérias,

passou a funcionar, também sob os auspícios da Sociedade, uma escola industrial. Ambas mantiveram-se em atividade até dezembro de 1892.

Maurilane Biccas (2008) analisou uma das formas históricas de escolarização e alfabetização voltadas para adolescentes e adultos postas em circulação na sociedade paulista, agenciada pela Loja Maçônica Independência de Campinas (SP), no período 1870-1880. Nesse estudo, o foco foi uma escola noturna criada por essa instituição que teve como um dos seus mentores Valentim da Silveira Lopes, um imigrante português, ilustrado e maçom que chegou ao Brasil com toda sua família em 1857. As informações obtidas indicam que essa escola funcionou no período de 1874 a 1876, tendo sido frequentada por 214 alunos com idades entre 5 e 56 anos. Eram “livres” 191, e escravos, 23; solteiros 203, e casados, 9; brasileiros, 199 e estrangeiros, 15, 103 artistas e 32 empregados, assim distribuídos: 34 carpinteiros, 15 pedreiros, 14 marceneiros, 10 ferreiros, 6 pintores, 4 fundidores, 4 sapateiros, 3 fogueteiros, 2 seleiros, 2 funileiros, 2 cocheiros, 1 oleiro, 1 marmorista, 1 chapeleiro, 11 empregados, 3 caixeiros, 2 copeiros, dentre outros.

A relação das profissões indicava a existência de um trabalhador nacional, na maioria livre, apesar de haver também alunos escravos com profissões tipicamente urbanas. Era o homem comum — e pobre — que, naquele momento, mais do que antes, passava a fazer parte efetivamente da vida da cidade. Essa clientela talvez justificasse as disciplinas oferecidas pelo curso. Inicialmente, a partir da década de 1870, os almanaques indicavam que a escola ensinava os alunos a ler, escrever e contar.

No presente momento, Inára Garcia<sup>16</sup>, na elaboração de sua tese de doutorado, encontrou em suas pesquisas, no Real Gabinete Português de Leitura, o manual de leitura de Felipe Pestana, publicado no Rio de Janeiro em 1884, com base no método do Abade de Arcozello e adaptado às escolas do Rio de Janeiro. O manual intitula-se *Método d’Aprender a ler pelo Alfabeto Natural. Baseado sobre os estudos do eminente professor português Cândido José Ayres de Madureira adaptado ao ensino das escolas nocturnas*. Na capa de rosto do opúsculo, o professor Pestana registrou ter adaptado o método para ser usado nas escolas noturnas do Brasil, apresentando-se como “Membro da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa, no Brasil; Sócio effectivo-remido do Licêo d’Artes e Officios; Sócio benemérito e professor gratuito das aulas nocturnas do Licêo Litterário Português”. O trabalho de Garcia bem como a fonte trazida à luz pela autora fazem avançar nosso conhecimento sobre a educação para jovens e adultos no século XIX, ao dar indício de que naquele momento havia, não somente iniciativas de escolarização desses sujeitos, como também preocupação com a especificidade desse tipo de ensino.

A marca do trabalho era uma constante no público atendido pelas ações do Estado ou da sociedade civil em alfabetização de jovens e adultos no período de concentração citado. Formar uma força de trabalho dócil, patriótica e temente a Deus

<sup>16</sup> Dados obtidos por meio de comunicação pessoal.

era o objetivo das Escolas Populares organizadas pela Igreja Católica em São Paulo entre 1910 e 1941. No projeto de iniciação científica intitulado “Escolas Populares: iniciativas católicas em São Paulo (1910–1941)”, Erika Garcia procurou compreender como foram criadas, organizadas e que projeto político-pedagógico estava subjacente a essas escolas fundadas para atender a adolescentes e adultos operários.

Tomando como fonte a documentação encontrada na Cúria Metropolitana de São Paulo, tal como os estatutos de criação das escolas, atas e relatórios dos responsáveis enviados para a Diocese, complementados por consulta ao *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* presente no acervo de livros raros da biblioteca da FEUSP, Garcia (2007) aponta que essa iniciativa foi criada pela Igreja Católica em louvor à Santa Infância de Jesus. As Escolas Populares atenderam, a princípio, a meninos menores de 12 anos e a meninas menores de 18. A partir de 1918, passaram a priorizar os maiores de 14 anos. De acordo com os relatórios publicados por essa instituição, verificou-se que, durante seus 31 anos de funcionamento, 217 turmas foram criadas, atendendo a 17.900 adolescentes, em três horários, diurno, vespertino e noturno, mas a maior concentração de suas atividades se deu no período noturno. É importante destacar que as turmas criadas em bairros mais centrais da cidade de São Paulo, portanto com uma demanda maior, funcionavam em dois e até em três horários. Apoiada nas próprias fontes que afirmam disputar sua clientela com as escolas libertárias, a autora conclui que as Escolas Populares teriam representado uma contraposição, tanto ao movimento operário, muito forte durante a Primeira República, quanto aos protestantes, que encontraram maior espaço para ação a partir da instituição da liberdade de culto.

Outro aspecto recorrente de nossos objetos de pesquisa é a presença da esfera particular, ou, dito de outra maneira, da sociedade civil, na promoção da educação para jovens e adultos. No que tange às iniciativas de origem particular, temos, além da já citada pesquisa sobre as Escolas Populares, a dissertação de Márcia Luiza Pires de Araújo (2008). Intitulada *A Escola da Frente Negra Brasileira na Cidade de São Paulo* deu continuidade ao projeto da autora, submetido e contemplado pelo IV Concurso Negro e Educação, promovido pela ANPEd. O trabalho de Araújo mostra como a escola primária da Frente Negra Brasileira (1931-1937), implantada na sede da Frente Negra, na cidade de São Paulo, “[...] tinha por objetivos efetivar os direitos de cidadania por meio da escolarização e do voto, oferecer oportunidades educacionais livres das limitações do racismo, e aumentar a oportunidade de trabalho para os negros.” (VIDAL; BICCAS, 2008, p. 38).

No âmbito do projeto “Alfabetismo e escolarização de adolescentes e adultos em São Paulo (1870 a 1940)”, foi feito levantamento de periódicos produzidos pela Igreja Católica no período imperial, na perspectiva de identificar iniciativas relacionadas à alfabetização de pessoas adultas. Foi encontrado na Cúria Metropolitana o jornal *O Thabor*. Digitalizado, está disponível no site do NIEPHE. Insere-se aí também a pesquisa “Alfabetismo e escolarização de adolescentes e adultos negros em São Paulo (1870-1970)”, desenvolvida por três alunos

de iniciação científica com base em estudo de fontes primárias do acervo de memória da escravidão de famílias negras de São Paulo, constituído pelas professoras Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Suely Rolbes Reis de Queiroz, ambas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (VIDAL; BICCAS, 2008, p. 39<sup>17</sup>).

Cabe destacar um conjunto de pesquisas já realizadas e em andamento que tomam o negro como sujeito central da ação educacional. Nessa perspectiva encontramos, além da já citada dissertação de Márcia Luiza Araújo (2008) e do projeto “Alfabetismo e escolarização de adolescentes e adultos negros”, o trabalho de Thaís Bernardes Nogueira (2005), *Negro e educação na Primeira República: Campinas e o Lyceo de Artes e Ofícios. Início do século XX*. Atualmente, Daniela Cristina Lopes Abareu (2010) desenvolve a tese de doutorado *República, escola primária e negros: estudo com imagens fotográficas da cidade de Rio Claro*. E Rosângela Ferreira de Souza (2010), também em doutorado, desenvolve a tese *Revelações do feminino: identidade, representações e escolarização da mulher negra*.

Outros sujeitos tematizados são os jovens e adultos galegos que imigraram para o Brasil entre 1871 e 1936 e realizaram iniciativas de instrução e alfabetização de adolescentes e adultos, empreendidas pelas sociedades beneficentes criadas nos dois países. A pesquisa desenvolvida por Maurilane Biccas, com financiamento do CNPq, parte de uma compreensão da relação entre os dois países no âmbito de uma história conectada, atentando para os seguintes eixos de interpretação: a) historiografia da educação sobre a temática no Brasil e na Espanha; b) circulação de pessoas, objetos culturais e modelos pedagógicos; c) culturas escolares, processos de escolarização e alfabetização (a escola compreendida na interioridade de seus processos e na relação com a sociedade)<sup>18</sup>.

Identidades entrecruzam-se nos sujeitos históricos: negros e ao mesmo tempo mulheres, imigrantes e trabalhadores. Ao pesquisar a educação para as classes populares na segunda metade do século XIX, Ana Luiza Jesus da Costa depara, no Rio de Janeiro, com associações beneficentes similares às analisadas por Biccas. O caráter nacional mistura-se ao caráter de classe no universo das associações criadas por operários, preocupadas, não somente com o auxílio mútuo e a beneficência, mas também com a

<sup>17</sup> No balanço da produção do grupo feito pelas autoras aparecem, entre as iniciativas de origem governamental, além da já citada dissertação sobre a *Cartilha do operário*, o trabalho de Aristides Gusmão dos Santos Neto (pesquisa de iniciação científica, 2004-2005), intitulado *Campanha de alfabetização de adolescentes e adultos no Estado de São Paulo (1947-1951)*. A pesquisa procurou analisar o impacto da primeira campanha de alfabetização em São Paulo a partir do Jornal *O Estado de S. Paulo*. Outra iniciativa foi a dissertação de mestrado intitulada *Ginásio Estadual Vocacional Cândido Portinari de Batatais: histórias, sujeitos e práticas*, de Daniela Gomes Albuquerque (2007). O ginásio foi uma iniciativa do governo estadual de São Paulo, nos anos 1960, como projeto inovador para adolescentes que finalizavam o curso primário e ingressavam no curso secundário, tendo sido extinto pelo governo militar no final dos anos 1960. A autora procurou contar a história institucional do ginásio, tomando como fontes os relatos de práticas escolares por ex-alunos, além da legislação, fotografias, jornais, documentos produzidos pelo Serviço do Ensino Vocacional, entre outras (VIDAL; BICCAS, 2008, p. 38).

<sup>18</sup> Informações obtidas na Plataforma Lattes, página do CNPq na Internet.

educação para seus membros. Essa preocupação se evidencia na manutenção de cursos noturnos, bibliotecas, publicações de jornais e outras atividades culturais voltadas para os associados e seus familiares. As associações abrangiam, por vezes, na medida das possibilidades da associação, um público mais amplo.

No Rio de Janeiro escravista, parte dessas associações ganhava recorte étnico-racial e/ou caráter abolicionista, como é o caso do Clube dos Libertos Contra a Escravidão, que, na década de 1880, além de promover a compra de alforrias, mantinha um curso noturno de primeiras letras para livres, libertos e escravos, bem como a publicação de um boletim. Tais sujeitos, que em sua diversidade compõem o que a autora vem entendendo como “classes populares”, constituem o foco da pesquisa de tese de doutorado em andamento: *A sociedade civil oitocentista e a educação do povo*. Em fontes como estatutos de associações beneficentes, instrutivas, de auxílio mútuo, relatórios dos trabalhos das diferentes associações, notícias na imprensa, a própria imprensa operária e a literatura, a pesquisa procura apreender a forma como as classes populares, no período, experienciaram a educação.

Até o presente momento, Costa tem trabalhado com a hipótese de que a luta por educação levada a cabo pelas classes populares vem, desde pelo menos a segunda metade do século XIX, forçando a transfiguração desse atendimento, fazendo-o passar de *dádiva a direito*. Diferentemente da concepção corrente, em grande parte tributária do próprio discurso das fontes oficiais do período sobre o quase total afastamento das classes populares do universo da leitura, da escrita e da própria construção de conhecimento de forma geral, é possível observar, por um lado, a luta desses sujeitos pelo acesso à escola para si e/ou para seus filhos e, por outro lado, um fazer educacional das classes populares, um educar-se que, para ser percebido, requer ampliar nosso conceito sobre educação para além da escolarização e da produção acadêmica.

Essa perspectiva ampliada de educação que ultrapassa o estrito ambiente escolar, ainda que mantenha relações com ele, pode ser encontrada em outras duas pesquisas recentes desenvolvidas no NIEPHE. Patrícia Coelho (2009) e Maria Ângela Salvadori (2010) investigam a educação mediada pelo rádio nas décadas de 1920 a 1940. Ainda que não tenham como preocupação principal a Educação de Jovens e Adultos, suas pesquisas contribuem para a compreensão das diversas formas de educação daqueles sujeitos que estavam fora da escola.

Patrícia Coelho (2009) afirma que, nas décadas de 1920 e 1930, a leitura era vista como forma de acompanhamento do conteúdo irradiado. Não encontrou, entretanto, nenhuma realização no sentido da alfabetização por meio do rádio. Os defensores da rádio-educação, naquele momento, chamavam a atenção das limitações daquele instrumento para a tarefa, por se basear na oralidade e no estímulo à imaginação. Além disso, as referências ao rádio, ainda na década de 1920, como meio de informar

aquele que não sabe ler, reforçam a ideia de que não havia, por parte dos intelectuais, a perspectiva de alfabetização.

A pesquisa de Maria Ângela Salvadori (2010) também não é exatamente marcada pelo recorte de fase da vida — infância, adolescência ou idade adulta — mas guarda afinidades com as questões concernentes à educação de jovens e adultos como: os sujeitos envolvidos, em geral, pertencentes aos meios populares; a relação entre o formal e o não-formal; a relação entre escola e vida. Em seus estudos, ela aponta dois aspectos que tangenciam a questão do ensino de leitura e escrita: em relação ao rádio, aos programas de humor radiofônicos, a presença de uma oralidade das ruas, muito miscigenada, vista como erro, mas sempre responsável pela sátira aos padrões escolares. Assim, erros exagerados e professores caricaturados encarnam um conflito entre tradições mais populares de linguagem e um projeto escolar mais homogeneizador e disciplinado. Em relação à revista *Careta*, que começa agora a pesquisar mais sistematicamente, os números dos primeiros anos da década de 1920 trazem muitas *charges* e piadas relacionadas às lutas contra o analfabetismo, quase sempre satirizando o alcance das medidas legais e suas pretensões.

Além da multiplicidade de sujeitos, nossas pesquisas abarcam, também, múltiplas territorialidades — dos estados brasileiros de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro a São Tomé e Príncipe (país insular africano, ex-colônia portuguesa no Atlântico). Desde 2006, Maurilane Biccas presta consultoria pedagógica ao projeto “Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe”, uma cooperação entre a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe. O projeto é desenvolvido em sua parte técnica pela organização não governamental “Alfabetização Solidária” e tem como objetivos a manutenção de turmas de alfabetização de jovens e adultos, a formação de quadros técnicos na área e a implantação da EJA no sistema regular de ensino.

Motivadas por esse último objetivo, iniciamos uma pesquisa histórica, a ser empregada na fundamentação dos marcos legais para a EJA. A pesquisa acabou extrapolando os limites do tema “legislação”, em direção à abordagem do processo histórico mais amplo de escolarização. Em pesquisa no Arquivo Nacional de São Tomé, levantamos, nos boletins oficiais, a legislação do período colonial e, nos diários oficiais, aquela que se referia ao período pós-independência (ocorrida em 1975). Encontramos regulamentos da instrução primária do período colonial, relatórios de missões da *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), diagnósticos sobre a educação em diferentes períodos, além da imprensa. Surpreendeu-nos o volume da documentação encontrada, apesar das limitações e precariedade de condições materiais existentes. Trabalhamos ainda no Arquivo Ultramarino e na Biblioteca Nacional, em Lisboa. Entretanto, devemos destacar as fontes orais. Durante nossa estada em São Tomé e Príncipe, tivemos a oportunidade de entrevistar personagens importantes para a história educacional, desde a independência

até os dias atuais. As entrevistas enfatizaram as histórias de professores, como Sinfrônio Mendes, de 70 anos, e Gaudino Vaz de Almeida, de 88 anos, que tiveram atuação crucial nas campanhas de alfabetização de adultos do período revolucionário, tendo, inclusive, trabalhado com Paulo Freire, quando de sua presença naquelas ilhas.

Não é tarefa fácil realizar algum tipo de síntese das pesquisas de um grupo que, apesar de trocas de informações, debates e influências mútuas, possui especificidades. Preocupa-nos o êxito na costura dessas especificidades e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de fazer jus à profundidade do trabalho realizado. Entretanto, ao refletir sobre possíveis marcas do NIEPHE no campo da História da Educação, especificamente na história da alfabetização de jovens e adultos, encontramos algumas categorias que estabelecem conexões entre as pesquisas. Entre elas um espaço especial é reservado para a cultura, ou o movimento intelectual que a trouxe à tona. “A ação dos sujeitos como centro da problemática de investigação” e “o reconhecimento da porção inconsciente e resistente da ação humana”, reconhecidos por Vidal e Biccás (2008, p. 24) como fruto dos “estudos culturais” ou da “virada antropológica”, estão subjacentes às nossas reflexões atuais no NIEPHE.

Parte de nossas pesquisas faz uso do termo “experiência” como definido por E. P. Thompson, e outra parte delas trabalha com os termos “práticas” e “artes de fazer”, cunhados por Michel de Certeau. Ressaltamos que ambos os autores nos oferecem, sem a necessidade de grandes esforços de “enquadramento” do objeto à teoria, elementos para profícuas reflexões em história da alfabetização de jovens e adultos. O inglês E. P. Thompson, historiador de ofício, não possui uma produção sistemática sobre educação, e é sintomático que seu único trabalho sobre o tema, intitulado “Educação e Experiência” (THOMPSON, 2002), trate exatamente da educação de adultos, já que o próprio Thompson teria dado aulas em cursos para adultos trabalhadores. Talvez não seja inoportuno aproximá-lo das ideias do pedagogo Paulo Freire, quando afirma que:

O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica às vezes de maneira sutil, às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional, influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e do currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo. (THOMPSON, 2002, p. 13).

Quanto a Michel de Certeau, os estudos no interior do NIEPHE facultam-nos o aprendizado de sua visão da cultura popular como resistente e ativa, permitindo alargar o espectro das abordagens sobre a história da alfabetização de jovens e adultos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pretendemos, neste texto, dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo NIEPHE ao longo dos seus 15 anos de atividade no que concerne às estratégias de escolarização da infância e de jovens e adultos. Alguns das investigações realizadas tematizaram diretamente a aquisição da escrita e da leitura; outras problematizaram a constituição histórica das idades da vida. Nem todas as pesquisas, entretanto, cingiram-se aos processos escolares. Há aquelas que discorrem sobre o rádio e o cinema, almejando perceber o alcance da difusão da cultura escolar ou ampliar nosso repertório de práticas educativas (não necessariamente escolares). Nessa perspectiva, privilegiamos destacar as contribuições do grupo para a produção em história da educação em geral, e para as distintas formas de alfabetização, em particular.

**REFERÊNCIAS**

- ABDALA, Rachel Duarte. *A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930)*. 2003. 204f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Orientadora: Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- ABREU, Daniela Cristina Lopes. A escolarização dos negros e suas fontes de pesquisa. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2010, São Luís, MA. *Anais...*UFMA, 2010, p.1-19.
- ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. *Uma vida no magistério: fios e meadas da história de uma professora paulista*. 2009. 238f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Orientadora: Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- ALBUQUERQUE, Daniela Gomes. *Ginásio Estadual Vocacional Cândido Portinari de Batatais: histórias, sujeitos e práticas*. 2007. 119f.. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Orientadora: Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maurilane de Souza Biccás.
- ARAÚJO, Márcia Luiza Pires de. *A escola da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Orientadora: Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maurilane de Souza Biccás.
- BARBOSA, Adressa Cristina Coutinho. *Cartilha do operário: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930)*. 2006. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Orientadora: Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maurilane de Souza Biccás.
- BICCÁS, Maurilane de Souza. A escolarização de adolescentes e adultos no oitocentos brasileiro: a Loja Maçônica Independência e a aula de português Valentim José da Silveira Lopes (1874-1888). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2008, Porto. *Anais...* SPCE, 2008. v. 1. p. 62-63.

CARDOSO, Maria Luíza. *Educação de crianças e jovens nas academias militares do Conde de Resende* (Rio de Janeiro: 1792-1801). 2009. 180f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.

COSTA, Patrícia Coelho da. “Caro ouvinte, nosso mestre, o receptor já chegou às salas de aula”: o papel de mediador cultural desempenhado por Ariosto Espinheira na PRD5. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA. Educação, autonomia e identidades na América Latina, 9. 2009, Rio de Janeiro. *Anais...*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

ESTEVEES, Isabel de Lourdes. *As prescrições do ensino da escrita (1920-1949)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.

GARCIA, Érica. *Escolas Populares: iniciativas católicas em São Paulo (1910-1941)*. 2007. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica (Curso de Pedagogia)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maurilane de Souza Bicas.

GOUVEA, Maria Cristina Soares; VEIGA, Cynthia Greive Veiga. Celebrar qual criança?- Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022000000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022000000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 abr. 2011.

HADDAD, Sérgio (Coord.). O estado da arte das pesquisas em educação de jovens e adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998. Relatório técnico de pesquisa. Ação Educativa, 2000. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com\\_booklibrary&task=view&catid=29&id=48&Itemid=124](http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com_booklibrary&task=view&catid=29&id=48&Itemid=124) Acesso em: 18 ago. 2011.

INOUE, Cristina. *O Seminário de Santana: o cotidiano da vida e da escola (1825-1831)*. 2006. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.

KUHLMANN Jr., Moisés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MIZUTA, Celina Midori Murace. *O Auxiliador da Indústria Nacional e a educação*. 2007. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTEIRO, Ana Nicolaça. *O cinema educativo como inovação pedagógica na escola primária paulista (1933-1944)*. 2006. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- MUNHOZ, Fabiana Garcia. *As primeiras letras na constituição da docência paranaense*. 2010. Relatório de Qualificação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- NOGUEIRA, Thaís Bernardes. *Negro e educação na Primeira República: Campinas e o Lyceo de Artes e Ofícios. Início do século XX*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maurilane de Souza Bicas.
- PAULILO, André Luiz. *Reforma educacional e sistema público de ensino no Distrito Federal na década de 1920*. 2001. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- PAULILO, André Luiz. *A estratégia como invenção: as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935*. 2007. 430f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- RANGEL, Sônia Câmara de Oliveira. *Sob a guarda da República: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. 2006. 427f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- RODRIGUES, Ana Cláudia de Sousa. *Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro (1912-1915): escolarização da infância na Cidade de Espírito Santo do Pinhal-SP*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maurilane de Souza Bicas.
- RODRIGUES, Rosane Nunes. *A representação social da mulher na Reforma Fernando de Azevedo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- SÁ, Elizabeth Figueiredo de. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1926)*. 2006. 224 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- SALVADORI, Maria Ângela Borges. Sonoras cenas escolares: história sobre educação, rádio e humor. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 24, n.24, p.167-191, maio/ago. 2010.
- SILVA, Carolina da Costa e. *O Álbum Parques Infantis como objeto cultural (São Paulo, 1932)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- SILVA, José Cláudio Sooma. *A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (RJ, 1927-1930)*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- SILVA, Wesley. *Por uma história sócio-cultural do abandono e da delinquência de menores em Belo Horizonte- 1921-1941*. 2007. 314f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.

- SIMÕES, Renata Duarte. *A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932 – 1938)*. 2009. 183f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- SANTOS, André Carazza dos. *Gurilândia (1948-1956): a formação de crianças e professores na página do Estado de Minas*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maurilane de Souza Biccás.
- SANTOS NETO, Aristides Gusmão dos. *Campanhas de alfabetização de adolescentes e adultos no Estado de São Paulo (1947-1951)*. Relatório de Iniciação Científica (Curso de Pedagogia)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, Rosângela Ferreira de. *Revelações do feminino: identidade, representações e escolarização da mulher negra (1930-1940)*. Projeto (Doutorado em Historiografia e História da Educação)-Faculdade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maurilane de Souza Biccás.
- SOUSA, Caroline Conceição. *As idades e as cores da infância na escola pública primária oitocentista da cidade de São Paulo*. 2007. Relatório final das atividades de Iniciação Científica ( Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Diana Gonçalves Vidal.
- THOMPSON, Eduard Palmer. Educação e experiência. In: \_\_\_\_\_. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Tradução Sérgio Moraes Rego Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-47.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- VIDAL, Diana Gonçalves; BICCAS, Maurilane de Souza. As múltiplas estratégias de escolarização do social em São Paulo (1770-1970): cultura e práticas escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930*. Belo Horizonte: Argvmentum, 2008. p. 19-44.
- VIDAL, Diana Gonçalves; HISLDORF, Maria Lucia (Org.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001.
- VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, José Cláudio Sooma. O ensino da leitura na reforma Fernando de Azevedo e a cidade do Rio de Janeiro de finais da década de 1920: tempos modernos. *Revista de Pedagogia*, Brasília, DF, n. 5, 2002.
- VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. La enseñanza de la escritura y la conformación de la modernidad escolar: Argentina y Brasil 1880-1930. *Anuario de la Sociedad Argentina de Historia de La Educacion*. Buenos Aires, v.2, n.2, p.137-161, 1999.
- VIDAL, Diana Gonçalves; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina (1880-1940). *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 8, n. 8, maio/jun./jul./ago., 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: EDUSP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cultura Escolar: um estudo sobre as práticas escolares de escrita na escola francesa e brasileira no fim do século XIX*. In: ALMEIDA, Malu (Org.). *Escola e modernidade: saberes, instituições e práticas*. Campinas: Ed. Alínea, 2004. p.17-30.

VIDAL, Diana Gonçalves; ESTEVES, I. L.. Modelos caligráficos concorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1910-1940). In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Org.). *Livros escolares e o ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)*. Pelotas: Seiva Publicações; FAPERGS, 2003. p. 117-138